

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado

Unidade curricular

Direito Comercial II — Sociedades Comerciais

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Ana Perestrelo de Oliveira

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Diogo Coelho
Paulo Abreu Santos
Carolina Nagy Correia

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Familiarizar os alunos com os principais institutos e regras de direito das sociedades

Conteúdos programáticos

PROGRAMA

PARTE I – FUNDAMENTOS DA SOCIEDADE

§ 1.º Introdução ao direito societário

1. O direito das sociedades comerciais
2. Conceito de sociedade. Sociedade civil, sociedade comercial e sociedade civil sob forma comercial
3. O Código das Sociedades Comerciais. Sistematização
4. Princípio da tipicidade e diferenças entre tipos sociais
5. Os vários tipos de sociedades nos diversos ordenamentos jurídicos e as modalidades de responsabilidade
6. Figuras afins
7. O papel do direito europeu das sociedades

§ 2.º Constituição das sociedades, invalidades e atuação

anterior ao registo

1. Modo de constituição e fases do processo
2. Contrato de sociedade
 - 2.1. Contrato e estatutos. Interpretação

- 2.2. Elementos do contrato
- 2.3. Invalidade do contrato
3. Registo do contrato de sociedade: aquisição da personalidade e limitação da responsabilidade (nas sociedades de responsabilidade limitada)
4. Sociedades irregulares (por incompletude)

§ 3.º Personalidade jurídica

1. Aquisição da personalidade jurídica
2. Abuso da personalidade jurídica: levantamento da personalidade jurídica .

§ 4.º Capacidade jurídica

1. Conceito e problemática
 - 1.1. Tese tradicional: limitação da capacidade pelo princípio da especialidade
 - 1.2. Teses da superação do princípio da especialidade
2. Liberalidades pela sociedade (artigo 6.º/2)
3. Prestação de garantias (gratuitas) pela sociedade
 - 3.1. Justificado interesse próprio”
 - 3.2. Garantias entre “sociedades em relação de domínio ou de grupo”

PARTE II – FINANÇAS SOCIETÁRIAS

§ 5.º A estrutura financeira da sociedade: capitais próprios, alheios e híbridos

§ 6.º Entradas

1. Tipo de entradas
2. Tempo do cumprimento
3. Mora e incumprimento
4. Das entradas às participações sociais

§ 7.º Capital social e reservas

1. Noções básicas
2. Funções do capital social
3. Princípio da formação real e princípio da intangibilidade do capital social
4. Apuramento dos lucros distribuíveis e processo de distribuição
 - 4.1. Limites máximos à distribuição (artigo 33.º)
 - 4.2. Limites em geral à distribuição de bens (artigo 32.º)
 - 4.3. “Teste de solvência” como limite adicional face aos artigos 32.º e 33.º?
5. Perda de metade do capital social (artigo 35.º)
6. Aplicação ao ágio do regime do capital social? .
7. As dúvidas sobre a utilidade do capital social
8. Alteração do capital social
 - 7.1. Aumento do capital

7.2. Redução do capital

§ 8.º Prestações para além das entradas

1. Prestações acessórias
2. Prestações suplementares
3. Suprimentos

PARTE III – GOVERNO SOCIETÁRIO

§ 10.º O governo societário: compreensão geral

1. O problema da agência e o conceito de governo societário (*corporate governance*)
2. O papel relativo dos diversos atores nas sociedades por quotas e anónimas

§ 11.º Sócios

1. O estatuto do sócio

- 1.1. Participação social e *status socii*
- 1.2. Direitos gerais e direitos especiais
- 1.3. Ligação especial com a sociedade e deveres de lealdade
- 1.4. Manifestações dos deveres de lealdade dos sócios
 - 1.4.1. Exercício de atividade concorrente
 - 1.4.2. Negócios do sócio com a sociedade
- 1.5. Cessaçãõ da relação com a sociedade. A exoneração e a exclusão em especial
- 1.6. As sociedades unipessoais por quotas e o sócio único

2. Lucros

- 2.1. Direito aos lucros: direito abstrato e direito concreto
- 2.2. Proibição do pacto leonino
- 2.3. Limites máximos à distribuição: remissão
- 2.4. Limites mínimos à distribuição: obrigação de distribuição de lucros
- 2.5. Direito à distribuição sem deliberação? Constituição automática na esfera jurídica do sócio do crédito aos dividendos?
- 2.6. Distribuição antecipada de lucros .

3. Outras distribuições: apontamento

- 3.1. Aquisição de ações próprias
- 3.2. Proibição de assistência financeira

4. Informação

- 4.1. Finalidade do direito à informação
- 4.2. Modalidades .
- 4.3. O direito à informação nas sociedades por quotas

- 4.4. O direito à informação nas sociedades anónimas
- 4.5. Utilização ilícita da informação
- 4.6. Direito de recusa da informação
- 4.7. Recusa ilícita da informação
5. **Voto e outros direitos participativos**
 - 5.1. Do voto aos demais direitos participativos
 - 5.2. O voto nas sociedades por quotas
 - 5.3. O voto nas sociedades anónimas
 - 5.3.1. Princípio geral: “uma ação, um voto” (*one share, one vote*) ..
 - 5.3.2. A importância variável do voto para os acionistas
 - 5.3.3. Exceções ao princípio “uma ação, um voto”: ações sem direito de voto
 - 5.3.3.1. Tetos de voto e blindagem estatutária .
 - 5.3.3.2. Direito ao voto duplo
 - 5.3.3.3. Ações preferenciais sem voto
 - 5.4. Formas de facilitação do voto
 - 5.4.1. Representação no exercício do voto
 - 5.4.2. Voto online
 - 5.4.3. Voto por correspondência
 - 5.5. Impedimentos de voto: a proibição de votar, direta e indiretamente, em situação de conflito de interesses
 - 5.6. Proibição do voto abusivo. Remissão
 - 5.7. Obrigações *positivas* de voto? Liberdade de voto e lealdade
6. **Assembleia geral e outras formas de deliberação**
 - 6.1. Aspectos gerais e papel da assembleia geral
 - 6.2. Competência da assembleia geral
 - 6.2.1. Nas sociedades por quotas
 - 6.2.2. Nas sociedades anónimas
 - 6.2.2.1. Competência expressa *ex lege*
 - 6.2.2.2. Competência implícita ou *ex bona fide*
 - 6.3. Regras para a convocação e funcionamento das assembleias gerais
 - 6.3.1. Convocação
 - 6.3.2. Quórum constitutivo
 - 6.3.3. Maiorias deliberativas (quórum deliberativo)
 - 6.4. Assembleias físicas e assembleias virtuais
 - 6.5. Atas
 - 6.6. Formas de deliberação para além das assembleias convocadas
 - 6.6.1. Deliberação unânime por escrito
 - 6.6.2. Deliberação em assembleia universal
 - 6.6.3. Deliberação por voto escrito
7. **Ineficácia e invalidade das deliberações sociais**
 - 7.1. Quadro geral
 - 7.2. Nulidade (artigo 56.º)
 - 7.3. Anulabilidade (artigo 58.º)
 - 7.4. Renovação
 - 7.5. Legitimidade e prazos
 - 7.6. Impugnação de deliberações sociais e providências cautelares

8. Transmissão das participações sociais

- 8.1. Transmissão de quotas *mortis causa*
- 8.2. Cessão de quotas (transmissão *inter vivos*)
 - 8.2.1. Consentimento da sociedade
 - 8.2.2. Forma
 - 8.2.3. Eficácia
 - 8.2.4. Limites à regulação estatutária
- 8.3. Transmissão das ações: liberdade de transmissão e limitações admissíveis
- 8.4. Contrato e modo de transmissão das ações

§ 12.º Administração

- 1. **Estrutura, composição, designação/cessação e remuneração**
- 2. **Gestão e funcionamento interno**
- 3. **Representação e vinculação externa**
- 4. **Deveres dos administradores**
- 5. **Responsabilidade dos administradores**

§ 13.º Fiscalização

§ 14.º Acordos parassociais

- 1. Aspectos gerais
- 2. Matérias tipicamente reguladas
- 3. Limites ao conteúdo
- 4. Eficácia
 - 4.1. Eficácia em geral
 - 4.2. Meios de reação ao incumprimento
 - 4.3. O problema da execução específica dos acordos de voto
 - 4.4. Eficácia dos acordos omnilaterais

PARTE IV — FUSÃO, CISÃO, TRANSFORMAÇÃO E DISSOLUÇÃO

PARTE V — GRUPOS SOCIETÁRIOS



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

As matérias estudadas cobrem sistematicamente as diversas áreas do direito societário permitindo familiarizar os alunos com os temas essenciais da disciplina

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Segue-se o método expositivo como aproximação gradual ao método do problema, seguido nas aulas práticas, em relação às quais as aulas teóricas constituem antecâmara. O método expositivo consiste em exposições interativas com breves oportunidades de aprendizagem ativa, para quebrar a aula e dar aos alunos oportunidade de refletir ou aplicar os ensinamentos.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Através da combinação de um ensino teórico e prático, é possível formar quadros de resposta à generalidade dos problemas do direito das sociedades

Bibliografia principal

Ana Perestrelo de Oliveira, Lições e casos de direito das sociedades, 2.^a ed., AAFDL, 2024 (no prelo)
É recomendada a leitura dos manuais de direito das sociedades de Menezes Cordeiro, Coutinho de Abreu e Paulo Olavo Cunha.

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular unit sheet

Course _____

Curricular unit

(maximum 1000 characters)

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

(maximum 100 characters)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

(maximum 1000 characters)

Learning outcomes of the curricular unit

(maximum 1000 characters)

Syllabus

(maximum 1000 characters) Insolvency Law

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

(maximum 1000 characters)

Teaching methodologies (including evaluation)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

(maximun 1000 characters)

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

(maximun 3000 characters)

Main Bibliography

(maximun 1000 characters)

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.